

A SENSIBILIDADE E A INTERPRETAÇÃO DOS CEGOS NO FUTEBOL: A DIFICULDADE VISUAL E SUA RELAÇÃO COM O ESPORTE ENQUANTO FORMA DE PARTICIPAÇÃO E EMANCIPAÇÃO.

GT 23

Dr. Rogério Goulart da Silva

Resumen

El presente artículo aborda el binomio inclusión/exclusión en el deporte adaptado en cuanto fenómeno de discusión y reflexión de las personas que lo practican. El propósito es verificar si las actividades físicas y deportivas, dichas de inclusión, son de hecho herramientas de participación y emancipación. Es un proyecto de extensión e investigación con lo cual se busca la palabra en donde se pueda escuchar la voz y la interpretación de personas ciegas y de baja visión que, tradicionalmente denominadas “personas con necesidades especiales” buscan algún tipo de práctica deportiva o de ocio. Se espera de estas realidades ocultas, no un mapa, sino preguntas y problemas que puedan retar las relaciones de poder de los discursos y de la ciencia.

Palabras clave: deporte, inclusión, personas ciega y de baja visión.

Introdução

As preocupações com a diferença não são recentes, principalmente com a que inquieta os “normais”. Portanto, não são poucos os apelos sociais para a inclusão de tudo aquilo que se entende por diferente de modo a ser hierarquicamente escalonado, digno de pena ou de alguma necessidade especial, desde que não afronte ou coloque em risco o discurso da normalidade e das redes e jogos de poder a ela adjuntas.

As relações, meios e fins implícitos nos jogos de poder que a sociedade incorporou como sendo normais ou adequados no trânsito das ideias e práticas políticas são reflexos de adaptações sociais com as quais as pessoas se enquadram para o “livre” fluxo social. Porém a visibilidade da mobilidade dos discursos implica reflexão ética sobre nossas ações e pensamento frente aos problemas que o binômio inclusão/exclusão implica. “Em todo esse jogo e re-jogo de identificações e des-identificações, é muito importante o papel das diferenças, assim como as relações de poder com os diferentes. A interpretação e a resignificação do próprio e do alheio – agregaria Laclau: o jogo das equivalências – geram condições de possibilidade para posicionamentos éticos. Eu, nós, ele e os outros, são registros que, a partir da perspectiva da responsabilidade, levam a explorar novos filões do *ético* nas narrativas”. (Lopez, 2001, p.194) Na verdade existe uma instabilidade dos limites e das fronteiras sociais, culturais e políticas, uma vez que os discursos de inclusão quase sempre abarcam novas formas de adaptação de modelos que se acoplam às necessidades, que são quase sempre nomeadas e articuladas a algum discurso da moda.

No Brasil, multiplicam-se os discursos de inclusão que navegam no imaginário social através da publicidade como prioridade política e institucional. Neste sentido, não são recentes os esforços de várias instituições e entidades solicitando maior apoio do Estado ou de Organizações sociais para o atendimento de pessoas com necessidades especiais.

No entanto, o termo “pessoas com necessidades especiais”, ou portadores de necessidades especiais, adjunta eufemismos e toda uma vestimenta discursiva que, ao invés de ajudar, atrapalha as relações de convivência e aprendizado que poderia fluir tendo como fundo a diferença sem a necessidade de demarcá-la. Propaga, portanto, estigmas a pessoa que busca espaços para ser e estar, mas por “necessidades de adaptação”, acaba incorporando representações que a atrelam a um mundo encarcerado e sem opções.

Em outras palavras diríamos que entre o eu e o outro, como indivíduos modernos existe uma lógica de dependência da afirmação através da negação ou da subjugação de alguém por outro alguém que deverá ser quase sempre o outro superior da diferença. É possível verificar este fenômeno na objetividade do discurso e na forma como uma pessoa se dirige a outra de acordo com os termos de subordinação. Tal condição pode ser explanada inclusive no discurso de um aluno com limitações visuais que, conversando com o professor do IPC explicou a seguinte situação vivida em relação ao discurso da nomeação do termo “Pessoa portadora de necessidades especiais”:

O professor Paulo pergunta para um grupo de alunos do Instituto, sobre qual é a opinião deles referente ao termo “Pessoa portadora de necessidades especiais”, conforme diálogo abaixo:

Aluno Pedro: “Veja bem, professor, eu não me importo se a pessoa me chama de cego ou ceguinho. Mas tenho problemas com as invenções de nomenclaturas que a sociedade dá aos cegos; eu acho que as pessoas tem que colocar as palavras sem medo”.

Professor Paulo: “Como assim, Pedro? Não entendi; explique melhor”.

Aluno Pedro: “Por exemplo, se eu estiver atravessando a rua e não me der conta de que vem algum carro, e um vidente se dirigir a mim me dizendo: “Ei, senhor portador de necessidades especiais, cuidado com o carro!!!”... Veja só que dilema..., até eu escutar tudo o que ele vai dizer eu serei inevitavelmente atropelado pelo automóvel!”.

Na fala do aluno Jean, denota-se perspectiva crítica que chama atenção para a necessidade de reflexão às possibilidades de ser e estar no mundo a partir de perspectivas compartilhadas e não de construções individuais. Afinal o que está por trás do discurso politicamente correto é um sistema de representações que como, afirma T.T.silva, (1998 como citado em Skliar & Duschatzky, 2001, p. 190):

supone un sistema de significación que da inteligibilidad al mundo y que es producida dentro de relaciones de poder por medio de mecanismos de delegación; quién tiene el derecho de representar a quien; de descripción: cómo los diferentes grupos culturales son presentados.

El problema de la representación no está delimitado por una cuestión de La alteridad. Hay sobre todo una regulación y un control de la mirada que define quienes son y cómo son los otros. Visibilidad e invisibilidad constituyen en esta época mecanismos de producción de la alteridad y actúan simultáneamente con el nombrar y/o dejar de nombrar. (Skliar & Duschatzky, 2001, p. 190).

Como pano de fundo existe uma “necessidade” colonialista que gera conflito de ambivalência por conta da própria lógica binária de dependência do outro como objeto de discurso, sendo o binômio normal e anormal, uma faceta paradoxal do colonialismo discursivo. Caberia minuciosa busca dos significados que as palavras dão às ações e assimilações dos sujeitos. O que interessa, conforme

Veiga-Neto (2001): “é examinar os significados de *anormal* a partir dos usos que se faz dessa expressão”. (p.106)

Como apontam Skliar e Duschatzky (2001):

Si invirtiéramos esta lógica podríamos formular que la negatividad, el componente disonante no está en un sujeto, portador de un atributo esencialista, ni siquiera es un disvalor, lo negativo es aquello que irrumpe para deslocar la aparente normalidad. Por lo tanto los antagonismos, situaciones y contingentes, no se originan en ningún exterior social, más bien expresan posiciones discursivas em conflicto. (p.194).

O esporte adaptado e os problemas da inclusão

Nesta mesma linha de raciocínio, quando se trata, por exemplo, de “Esporte adaptado”, há que problematizar a origem da denominação linguística referente às modalidades para cegos ou “portadores de necessidades especiais”. Pois os “esportes adaptados” são pensados e elaborados a partir de uma intenção prática, ou seja, projetados e desenvolvidos, como afirma M. Arias Monge (2013), “desde una perspectiva de NORMALIDAD. Hay que adaptar para que los incapaces puedan ser capaces. Así que habría que preguntarse: ¿Por qué hay que ser capaz? ¿Acaso es la capacidad o la incapacidad, discapacidad, la que establece el límite de aquello que debe ser adaptado para que los “otros”, aquellos diferentes, sientan que son incluidos?”

Ainda que a professora Arias Monge aponte os problemas da lógica instrumental normativa do discurso racional científico, friso que o presente trabalho, apesar de originar-se na academia universitária e tratar com o tema “esporte adaptado” para inserção e convivência com os cegos do Instituto Paranaense de Cegos, busca esforços ao envolvimento das com o intuito à formação própria, independentemente de serem cegas, cadeirantes, ou vítimas de estigma social.

Sendo assim, a ideia de estabelecer vínculo através do esporte, tem origem nas discussões e convivência com atletas da Associação Paranaense de Cegos, acompanhados e preparados por um professor de Educação Física, apoiado por bolsistas da Universidade Federal do Paraná.

Em quase todas as relações humanas está em jogo uma rede complexa de interesses, desejos, expectativas, etc. Por outro lado, todo ser humano é um universo complexo que esconde vontades “dentro” de sua singularidade. Portanto, seria interessante relembrar o que afirma por M. Arias Monge (2013) quando admite que todo ser humano está em relação consigo mesmo, com uma unidade ou uma série de unidades de vida com a própria natureza. Portanto, a exclusão ou inclusão são dimensões adjacentes de uma realidade mais complexa que se possa imaginar.

Instigar a permanente discussão sobre o binômio é uma forma de provocar-nos a inquietude para a continuidade de manter viva a pergunta por que, tal como sugere Perez de Lara (2001): “nada há de tão perturbador como aquilo que a cada um lembra seus próprios defeitos”. (p.198)

Por outro lado, não se pode negar a influência dos esportes na vida e no comportamento das pessoas. Neste sentido, sendo o esporte um fenômeno de alcance mundial, o presente trabalho se dirige às formas como os cegos e pessoas de baixa visão praticam e se envolvem no jogo e no esporte, bem como buscam compreender em que medida os praticantes entendem o discurso social da cegueira enquanto “dificuldade” visual.

Com a convivência plural é intenção trazer à superfície dos diálogos o que pensam de sua relação com o esporte enquanto meio de participação social e possível fonte de emancipação, se é que estes

interpretam o esporte como forma de emancipar-se. Neste sentido, permanece a pergunta: é possível a emancipação através da participação nesta prática esportiva?
Conforme Kunz (1994):

O esporte é atualmente um produto cultural altamente valorizado em todo mundo, pelo menos no sentido econômico. São investidas somas extraordinárias para que resultados cada vez melhores sejam alcançados. E a ciência que está a sua disposição não é uma ciência com interesse no humano ou na sua dimensão social, mas com um interesse tecnológico e de rendimento. (p.22)

Assim, a pessoa buscará de forma quase inconsciente, fórmulas externas para resolver “problemas” internos; aqueles inculcados a partir de discursos que o nomeiam como sendo anormal, incapaz, ou deficiente. O sujeito atrelado ao rendimento pouco refletirá sobre a capacidade humana de gestão própria ou de amadurecimento reflexivo.

Alguns alunos do IPC se sentem estranhos à sociedade e parecem desejar o isolamento. Por isso, caberia pensar reflexões referentes à inclusão. Pois em alguns lugares a cultura de uma comunidade se fecha para a emancipação porque esta propõe riscos ao pertencimento e à identidade.

Bauman (2002) descreve aqueles que pertencem ao descaso e ao descarte e afirma que “La producción de cuerpos supérfluos, ya no requeridos para el trabajo, es una consecuencia directa de La globalización” (p.60).

Na aldeia global, a lógica é a do consumo, e quanto mais elementos surgem para a expansão de mercado, tanto mais eficiente se tornam os discursos de inclusão. Pois os resíduos vão além das sobras. Os sedimentos não são somente materiais; são produzidos diariamente restos humanos, inteligências mal aproveitadas que sucumbem ao mundo do mercado informal ou afundam na ilegalidade e no narcotráfico. Entre vidas desperdiçadas e vidas reaproveitadas no discurso de renovação existem fluxos econômicos simbólicos nos e dos quais são investidos arsenais de estratégias e representações. Na complexa rede, os eixos giram em torno de forças que são diluídas em vários âmbitos de poder da sociedade através de discursos que podem apontar indícios de que não existe uma origem mentalizadora de todo o mal, mas o mal pode estar “dentro” dos próprios sujeitos. As ciências humanas, nomeadamente a antropología, produzem numerosas obras que demonstram a fragilidade humana no campo das representações. Pois os símbolos e estigmas são criados sem a dimensão da força que alcançam corroborando à perda de “memória” ou à ambivalência dos projetos públicos de inclusão.

Ainda que a antropologia e as demais ciências sociais contemporâneas tratem de investigar a ambiguidade das políticas públicas, os discursos da inclusão sob a ótica da normalidade permanecem em voga. Neste sentido, o mote é “incluir para excluir” (Veiga-Neto, 2001, p.105).

Aqui a o binômio é atrelado à relação bipolar velada nos discursos de fácil aceitação pública. Em outras palavras, “a dicotomia esconde seu compromisso com o poder” (Veiga-Neto, 2001, p.113), de tal maneira que para fundamentar o duplo vínculo das relações de poder frente ao tema da inclusão, Bauman (citado por Veiga-Neto, 2001) descreve que “a falsa simetria dos resultados encobre a assimetria do poder que é a sua causa”. A bipolaridade do discurso expressa ato de repartição. Na verdade é um ato epistemológico de estranhamento ou reconhecimento do outro. Conforme Veiga Neto (2001) afirma:

“o diferencial não se estabelece apenas como uma diferença entre dois conjuntos de propriedades, se não que se manifesta – também e mais importante - como uma diferença nas relações entre dois elementos, segundo o sentido que se dão essas relações. No nosso caso, se o normal depende do anormal para sua própria satisfação, tranquilidade e singularidade, o anormal depende do normal para sua própria segurança e sobrevivência”. (p. 113)

A impressão é a de que a ordem está dada desde todo o sempre numa relação de oposição de poder, de alguém que detém a norma e o outro - o coitado, o necessitado – que existe fora da norma ou do domínio do primeiro. Concordamos, neste caso com Skliar (citado por Veiga-Neto, 2001): de que “... ser surdo não supõe o oposto – o negativo – de ser ouvinte, nem o ser cego o oposto de ser vidente”. (p.113). Sendo assim o poder não está num determinado sujeito, mas escorrega nas trocas simbólicas de acordo conforme habilidade “individual” diante das situações relacionais, institucionais e políticas. Neste conflito relacional, emerge a busca de segurança e de liberdade como sendo os principais cumes da vontade humana, mas que jamais puderam estar em relação simétrica.

Podemos afirmar que o século XX foi o predecessor da liberdade, bem sabemos que, embora, ao longo da modernidade, a busca de maior segurança social tenha sido motivo de grandes conflitos que, ao fim das catástrofes, poderiam levar à maturidade humana, aquele mortífero século deixou como legado o medo, a insegurança e a desconfiança; enfim, o pavor de sempre haver a possibilidade de algum louco iniciar movimentos que acabem levando o mundo ao abismo e à hecatombe. As emoções nazi-fascistas já deram sinais de que não foram sepultadas com a morte de Hitler e Mussolini. A mescla de sentimentos libertários e redentores, paralelos a movimentos orgânicos às ideologias eugênicas é apenas uma mostra do quão complexo se encontra o período contemporâneo. Uma vez que na pós-modernidade quanto mais liberdade se atinge, menos segurança se tem, os movimentos parecem não ter direção nem identidade; e uma forma geral de inclusão, conforme lógica de mercado é a capacidade de ser ou não ser consumidor. Na multidão se perde o sujeito, talvez por essa perda e sentimento de solidão, é preciso alguma forma de identificação e aproximação das massas. Hoje o indivíduo só é reconhecido, ou “incluído” se tiver capacidade de consumir.

Veiga-Neto (2001), parece fustigar o problema da inclusão relacionado à “atribuição de uma marca – agora, construída a partir de critérios fundamentalmente econômicos, como capacidade de consumir, avaliada tanto pelo poder financeiro quanto pela competência/expertise para fazer as melhores escolhas” (p.107). Em outras palavras, o critério passa a não ser mais somente o corpo, mas sim também o grupo ao qual pertence o indivíduo ou o grupo social ao qual esse corpo pertence.

Se os critérios de identificação nas relações humanas são, também, econômicas, cabe frisar que enquanto a globalização intensifica as dependências recíprocas, modifica os modos anteriores de configurar sujeitos e as interações entre indivíduo e sociedade.

Nesta direção, Canclini (2004) aponta que:

Las identidades de los sujetos se forman ahora en procesos interétnicos e internacionales, entre flujos producidos por las tecnologías y las corporaciones multinacionales; intercambios financieros globalizados, repertorios de imágenes e información creados para ser distribuidos a todo el planeta por las industrias culturales. Hoy imaginamos lo que significa ser sujetos no solo desde la cultura en que nacimos, sino desde una enorme variedad de repertorios simbólicos y modelos de comportamiento(...) lós sujetos viven trayectorias variables, indecisivas, modificadas una y otra vez. (...)vivir en transito, en elecciones cambiantes e

inseguras, con remodelaciones constantes de las personas y sus relaciones sociales parece conducir a una desconstrucción más radical que las practicadas por las teorías de la sospecha sobre la subjetividad y la conciencia. (p.161)

Há que relativizar porque a vida sendo mais complexa na trama das redes sociais cotidianas, mesmo que as relações estejam cada vez mais fluidas, os indivíduos tem alguma possibilidade de não ser totalmente encapsulados no *modus operandi* consumista. Pois, uma vez que se pode esperar algo mais profundo quando assentamos na intersubjetividade, quiçá haja melhor compreensão das realidades ocultas.

Adiante recuperarei o tema da subjetividade uma vez que existem reflexões sendo produzidas a respeito da necessidade de investigação dos aspectos subjetivos que podem corroborar ao entendimento e reconhecimento da intersubjetividade como ponto fulcral nas pesquisas. Pois a pluralidade de ideias se faz necessária em vários campos das ciências sociais, uma vez que seu efeito pode ter ressonância às ações das comunidades interna e externa à universidade. Pois interessada permanece a academia nos novos nichos de conhecimento; afinal, o *locus* formal do conhecimento necessita continuar conhecendo, para poder mapear, numerar, classificar ou cientificar, em nome de algo mais elevado, a saber, o conhecimento científico, que pode conceituar e configurar as diferenças de cartografias da mobilidade das tribos urbanas.

O papel institucional dos asilos.

Se, por um lado, nossos objetivos centram-se no estímulo à participação social dos membros do Instituto Paranaense de Cegos através das atividades de esporte e lazer, com o fim de refletir sobre o fenômeno esportivo e verificar em que medida as atividades físicas contribuem para melhor ou pior inserção dos cegos no convívio social, por outro, o desafio é instigante porque bem sabemos que, de acordo com vasta bibliografia da área da Educação Física e ciências humanas, o esporte tem no seu núcleo a dicotomia em suas possibilidades. Em outras palavras, o esporte, independentemente de ser adaptado ou não, oscila numa espécie de síndrome bipolar entre o fator agregador que reúne diferenças e hibridismos de toda ordem, como também vela o oposto; ou seja, homogeneiza a diferença, segrega, exclui e expulsa quem não se adapta às regras da lógica da normalidade científica e institucionalizante.

O espectro dramático tem origem no papel do esporte de alto rendimento quando este atende às agendas comerciais do esporte enquanto consumo que reflete diretamente no espelho do esporte de lazer e ócio. Neste sentido, nem as escolas, tão pouco as demais instituições que usam o esporte como fator de descontração, consegue modificar o motor gerador da competição enquanto fator de segregação e exclusão. O esporte, em várias instituições é atrelado à linguagem terapêutica sob o crivo educativo da pedagogia ortopédica dominada pela linguagem médica higienista, classificatória e controladora.

Denota-se aqui o papel institucional dos asilos, entre eles os psiquiátricos e os institutos de cegos, que assimilam a maquinaria das instituições terapêuticas. Em grande parte destas instituições denota-se um ideal sanitário, higienista e moralista. Para refletir sobre esta premissa oculta, afirmo que imperam no mundo dos asilos e instituições recuperadoras, os valores do isolamento íntimo e da mortificação da individualidade. Cooper (1982, citado por Silva, 1994),

Ao afirmar esta lógica, apoiou-se na obra de Levi Strauss, *Tristes Tropiques* (1955), e acentua o caráter destrutivo da “recuperação” institucional. O autor descreve o asilo como

verdadeiro holocausto da sociedade moderna, rompendo a cortina do falso discurso dos direitos humanos, em especial, o da saúde coletiva. Afirma que existem sociedades que engolem os indivíduos – chamadas antropofágicas – e aquelas que vomitam os indivíduos – ditas antropoêmicas. Vemos neste ritual civilizatório – na verdade tribalístico, a transição do engolfamento medieval de tudo que é ser diferente na comunidade, uma modalidade de aceitação assimilatória que remonta ao canibalismo ritualístico das sociedades primitivas, nas quais o ritual capacitava o indivíduo a aceitar o inaceitável, particularmente a morte, para a moderna sociedade antropoêmica, que expelle de si tudo o que não se submete as suas regras de jogo arditosamente inventadas. Nesta base, tal sociedade exclui fatos, teorias, atitudes e homens – homens da classe má, da sexualidade desviada, da mentalidade transgressora, dos corpos falhos ou “impotentes” que não se adaptam à normalidade da técnica e da ciência moderna. (...) Nos asilos, a despeito da proclamação de progresso, a sociedade consegue o melhor de ambos os mundos, a pessoa que é “vomitada” para fora de sua família, para fora da sociedade, é engolfada pelo asilo e, então digerida e metabolizada, fora da existência como pessoa identificável.(p.140)

De acordo com esta descrição, tal é a violência imposta à pessoa de determinados asilos, que, ainda que existam suportes técnicos sob o aconchego e calor humano dos que ali trabalham com amor e dedicação, o indivíduo que incorpora o estigma social a ele imposto, cria para si um mundo à parte, fechando-se numa espécie de autismo “voluntário”, escondendo-se quase sempre no isolamento de seu quarto, quase sempre indisposto a realizar qualquer atividade que exija exposição em grupo ou atividade coletiva.

Aquém a este mundo do asilo estão as políticas de esporte e lazer com o mote da inclusão. No entanto, entranhada na dicotômica lógica técnico-científica dos saberes não resta alternativa à Educação Física, enquanto área de conhecimento, atrever a escutar, despindo-se da arrogância científica que a tudo mapeia, para conviver e aprender a partir do espanto que a língua e forma de vida do outro pode provocar no mundo acadêmico.

Lidar com a ambivalência da área, implica refletir sobre a própria cultura esportiva que domina a lógica interna dos discursos de inclusão através do esporte. Tal forma de pensar o humano, quase sempre parte da premissa da necessidade de associação, pertencimento e, em definitivo, de identificação nas quais se amparam aqueles tradicionalmente discriminados, os cegos com os cegos, os surdos com os surdos, os negros com os negros, os velhos com os velhos, ou seja, sempre os outros como forma de afirmar nossa “superioridade eurocêntrica, branca, higiênica e disciplinar”.

Ainda que busquemos valer nossos discursos de inclusão e convivência com o “diferente”, escorregamos quase sempre na lógica da normalidade e neutralidade científica. Corremos tais riscos porque nem a ciência, tão pouco a academia universitária percebe ou escuta de fato a voz e as necessidades reais daqueles que desta se tornam objetos reféns de discurso e de ciência.

Processos intersubjetivos: é possível reconhecer a si mesmo através do outro?

Na tentativa de realizar o processo inverso ao da neutralidade e engessamento da diferença, buscamos através de elementos “biográficos”, construir ferramentas de observação, análise e discussão dos métodos de acordo com a escuta e as reflexões de outro ponto de partida. Buscando, portanto, o pensamento das pessoas interessadas em conviver ou participar das atividades para que seja possível

reinventar atividades de lazer ou ócio e não desportivas, incluindo práticas com sentidos simbólicos que não atentem contra a liberdade de expressão, prazer e criatividade das pessoas envolvidas.

Com o curso nesta direção, cabe frisar que buscamos parear nosso trabalho tendo presente a subjetividade e os sujeitos sociais, de modo que alinhemos nossas estratégias, entre outras referências, conforme os problemas levantados por Juan C. T. Azocar e A. T. Carrillo (2013), no que tange a necessidade de aprofundar realidades ocultas em conformidade com a ruptura e a consciência do que pode ser novo desafio.

Nosso campo de trabalho se enquadra nesta premissa. Pois se faz necessário compreender não somente as condições objetivas de existência, mas também os processos subjetivos e em que circunstâncias ocorrem, conforme autores/as dos processos sociais. Há que cuidarmos para não sucumbirmos nos cortes deterministas que acabam dando mais valor aos fatores objetivos encapsulando os processos sociais. De acordo com Alfonso y Azocar (2013):

Este eclipsamiento del sujeto en el análisis histórico y social clásico, ha venido siendo cuestionado recientemente por nuevos discursos y teorías sociales, generadores de perspectivas epistemológicas y propuestas metodológicas que reivindican el polo subjetivo de los procesos sociales y de la acción colectiva. Frente a las tendencias objetivistas y deterministas, las nuevas perspectivas destacan el papel activo de la subjetividad y de los sujetos tanto en los procesos de construcción de conocimiento, como en la dinámica histórica y en la misma construcción de la realidad social. (p.16)

Conforme esta linha de pensamento o grupo de atuação está se adequando à comunidade para que esta, ao final de cada reunião pedagógica, possa relatar registros próprios, de acordo com a vontade própria, os dilemas da prática esportiva, as implicações das regras e normas, bem como alcance midiático e influência no público consumidor, seja telespectadores, praticantes amadores ou atletas cegos federados.

O esporte enquanto conjunto de atividades culturais e institucionais é analisado pelos atores em questão, frente aos dilemas teóricos, cujos principais problemas são referentes às formas de observação com o fim de perceber se há ou não tentativa de emancipação referente os problemas inerentes do binômio foco inclusão/exclusão. Conforme Kunz (1994):

O homem é um ser capaz de se desenvolver graças a seus interesses, desejos e necessidades. Infelizmente no estágio de desenvolvimento científico e tecnológico de hoje, e pela sua influência em todas as instâncias da vida, especialmente, através da indústria cultural e dos meios de comunicação, os interesses, os desejos e as necessidades podem ser “formados” ideologicamente por estas instituições. (p.24)

Até aqui o esporte é, para alguns o motivo e a porta de entrada ao convívio social; mas para outros pode ser o principal empecilho para o relacionamento social. É nesta diferença do sentir e fazer, que estamos assentando nossos esforços investigativos na compreensão do fenômeno esportivo no convívio com os cegos do Instituto Paranaense de Cegos. Pois estamos às vésperas de Copa do Mundo e das Olimpíadas e logo depois as paralimpíadas. Por isso uma das perguntas que mais motivam o coletivo é se o esporte – um fenômeno que atravessa fronteiras territoriais, espaciais e corporais – pode

facilitar com seus múltiplos significados caminho e suporte de emancipação aos sujeitos que o praticam?

O empreendimento não é novo e o desafio não é simples. Mas, constitui projeto com andaime flexível entre etnografia, biografias e histórias de vida. Assim, busca-se compreender fenômenos da intersubjetividade, colocando-se os sujeitos em relação dialógica. Deste modo, quiçá, seja possível abordar realidades sem a pretensão de mapear, classificar ou estigmatizar qualquer coletivo em cartografias de poder, seja de cegos, surdos, cadeirantes, etc.; o que importa aqui é compreender o que acontece no ambiente e em que medida as pessoas estão ou não dispostas a conviver com o dilema filosófico da existência muito mais do que a criação ou o reforço de assimetrias e de poder. De acordo com Zemelman (1995, citado Alfonso y Azocar, 2013):

El desafío para Zemelman, es poder aproximarse a la construcción de una estrategia que articule la acumulación científica con su misma problematización rigurosa, que salga siempre de la premisa de que lo dado conceptualmente es solamente un punto de partida; en consecuencia, tenemos que saber situarnos en el umbral que deslinda aquello que está acabado, de lo desconocido como esperanza para el devenir”. (p.17).

O estudo, portanto, se enquadra no campo da pesquisa etnográfica com o uso de histórias de vida a fim de estudar a diferença enquanto discurso da inclusão. Afinal, a ideia é a de abarcar, com as atividades de extensão e pesquisa, situações de ensino e aprendizagem dos esportes entre as pessoas que apresentam ditas limitações visuais e de movimento.

As atividades de recreação, esporte e lazer são articuladas aos propósitos pedagógicos e discutidos e elaborados em equipe. Tomando, portanto, base nas transformações didático-pedagógicas do esporte e os processos intersubjetivos, pretende-se compreender em que medida os discursos da inclusão e as adaptações esportivas alcançam êxito no processo educativo de alunos cegos. O trabalho, conseqüentemente, está sendo reescrito para que os atores da comunidade construam as ferramentas de descrição e análise das atividades. Almeja-se que os debates do esporte sejam mediados com subsídios suficientes à reflexão da comunidade, seja no âmbito dos limites expostos ou das interpretações e sentimentos pessoais que revelem material teórico a partir da compreensão intersubjetiva. Cabe, portanto, aos praticantes, ao menos aqueles que sentem o espírito atravessado pelo fenômeno esportivo, problematizar o esporte contemporâneo e as razões pelas quais o mesmo impõe limites físicos intransponíveis, mas por outro lado, não impossibilita a experiência da sensibilidade corporal e os sentidos que no corpo se desenvolvem.

Referências

- Bauman. Z. (2004). *Vidas desperdiçadas. La modernidad y sus parias*. Paidós. Barcelona. España.
- Canclini, N. G. (2004). *Diferentes, desiguales y desconectados: mapas de La interculturalidad*. Gedisa. Barcelona. España.
- Duschatzky, Silvia, Skliar, Carlos (2001). *Los nombres de los otros. Narrando a los otros em la cultura y em la educación*. In: Larrosa, Jorge “&” Skliar Carlos.(Orgs.). *Habitantes de babel: políticas y poéticas de la diferencia*. Laertes. Barcelona. España.

- Kunz, Elenor. (1994). Transformações didático-pedagógicas do esporte. Ijuí, Unijuí.
- Lara, Nuria Perez de. (2001). Identidade, diferença e diversidade: manter viva a pergunta. In: Larrosa, Jorge “&” Skliar Carlos.(Orgs.). *Habitantes de babel: políticas e poéticas da diferença*. Autêntica. Belo Horizonte. Brasil.
- López, Alexis. (2001). Ser ou não ser triqui: entre o narrativo e o político. In:
- Skliar, C. (2002). Y si el outro no estuviera ahí? Notas para uma pedagogia (improbable) de La diferencia. Miño y Dávila. Madrid. España.
- Torres Carrillo, Alfonso, Torres Azocar, Juan Carlos. Subjetividad y Sujetos en la obra de Hugo Zemelman. *En publicación: Folios, n° 12*. UPN, Universidad Pedagógica Nacional: Colombia. 2000 0123-4870